

A crise dos estados

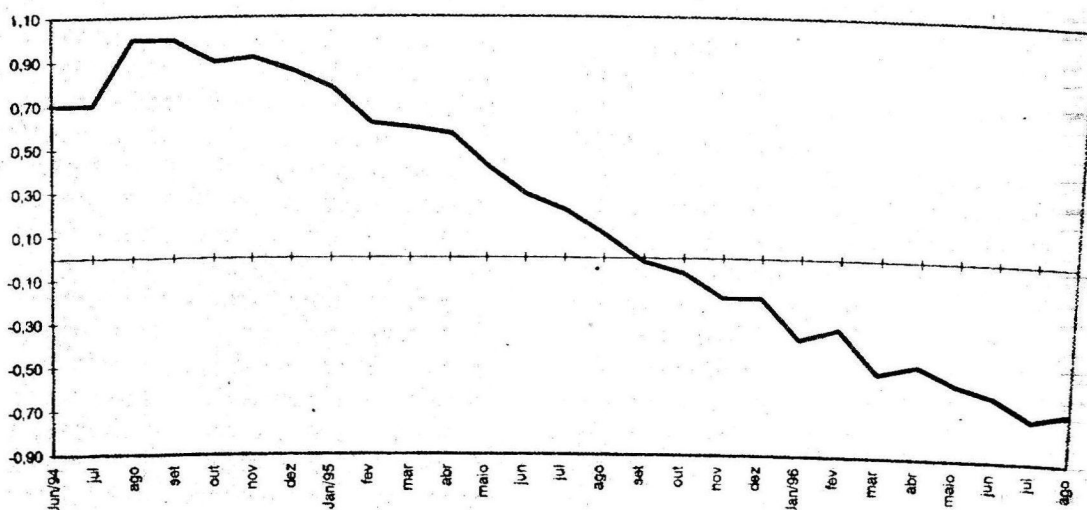
FÁBIO GIAMBIAGI *

Os governadores têm-se queixado de que a crise dos estados os está convertendo em meros “gerentes de pessoal”. Nas suas queixas contra esse estado de coisas há três afirmações constantes: a) a crise seria decorrente do elevado comprometimento com despesas financeiras e com despesas de pessoal; b) esse comprometimento obedeceria ao chamado “crescimento vegetativo” — anuênios, incremento do número de inativos etc; c) nesse quadro de dificuldades, os governadores estariam fazendo tudo que está ao seu alcance, legalmente, para diminuir essa despesa. Nas palavras de vários deles, “nunca houve tanta austeridade nos estados”. Parodiando o ex-presidente da Arena, Francelino Pereira, com a sua famosa frase (“Que país é este?”), caberia indagar, com a mesma ênfase: “Que estados são esses?”. A rigor, os estados austeros até têm nome, como iremos ver, mas, no conjunto, a argumentação acima exposta, ainda que bem articulada, é rigorosamente equivocada. E isso porque joga para terceiros uma responsabilidade que cabe aos estados assumir. Vejamos.

O gráfico expõe a evolução do resultado primário — exclusive juros — acumulado em 12 meses de estados e municípios como proporção do PIB. Este, que tinha sido superavitário em 0,6% do PIB em 1993, encontrava-se mais ou menos no mesmo nível quando o Plano Real se iniciou. A partir daí, o gráfico expõe claramente o que aconteceu. Em um primeiro momento, o aumento da receita elevou o superávit. Depois, os governos estaduais, com base em uma superestimação da inflação futura — em alguns casos, como em São Paulo, no final de 1994; e, no da maioria, em 1995 —, se comprometeram com aumentos de salários e de contratos de serviços que, com a queda expressiva da inflação em 1995, implicaram um salto do valor real das suas despesas. Em outras palavras, se os governos estaduais não tivessem adotado uma política de reajustes equivocada, hoje estariam em situação muito mais confortável.

A explicação de que as causas da crise são alheias à gestão das atuais administrações estaduais e residem apenas no peso das despesas financeiras e no crescimento vegetativo da folha — no sentido de ser independente do governo estadual — é

ESTADOS E MUNICÍPIOS - RESULTADO PRIMÁRIO - FLUXO ACUMULADO 12 MESES (% DO PIB)



incorreta por vários motivos. Primeiro porque entre os últimos 12 meses concluídos em junho de 1994 e os 12 meses da última posição conhecida — até julho de 1996 — o resultado primário de estados e municípios experimentou uma piora primária de 1,4% do PIB que não guarda qualquer relação com os juros. Segundo, porque o crescimento vegetativo do gasto, dependendo do estado, pode ser de 5% ou até de 10% a.a., mas isso não explica a verdadeira explosão do gasto ocorrida no plano estadual desde 1994. Terceiro, porque, se o problema fosse apenas o crescimento vegetativo, todos os estados estariam em situação similar, quando se sabe que alguns deles — como, por exemplo, o Ceará e a Bahia —, não estão passando por uma crise, o que se explica, justamente, pela austeridade das suas gestões. E quarto, porque a crise coincide com um crescimento notável da receita, que, compondo o ICMS com as transferências a estados e municípios, teve um aumento real acumulado de 22% desde 1994.

É preciso acabar com a velha ladainha de que tudo o que acontece de ruim no país é de responsabilidade das autoridades de Brasília. Os êxitos de diversas administrações municipais nestas eleições e os bons *ratings* de alguns governadores indicam que, mesmo em contextos difíceis da vida do país, há espaço para a adoção de políticas de gasto público que conciliem a satisfação das demandas da população com o respeito às limitações

orçamentárias. É preciso, fundamentalmente, colocar os pingos nos “is” e reconhecer que o déficit dos estados é de responsabilidade destes e terá que ser por eles corrigido. A idéia de que os estados querem renegociar as suas dívidas diante da União em moldes similares à renegociação da dívida externa passa por cima do fato de que o Plano Brady só foi aplicado ao Brasil em 1994, depois de mais de 10 anos de sacrifício e quando o déficit em conta corrente do país tinha sido — na época — eliminado, quando em 1982 — ano da crise da dívida — ele era de 6% do PIB. O governo federal faz bem em resistir à pressão de alguns governadores para jogar o custo da solução do problema estadual nas costas dos contribuintes do país inteiro. Em parte, realísticamente, isso será inevitável. A base da solução da crise dos governos estaduais, porém, deve incluir, necessariamente, dois pontos básicos: o reajuste de salários abaixo da inflação em 1997, para compensar ainda os erros cometidos em 1994/1995, e a aprovação da reforma administrativa, para cumprir com as determinações da Lei Camata. Caso contrário, na medida em que os estados “empurram” para o governo federal os custos da solução dos seus problemas, não tenhamos dúvidas: mais uma vez os justos pagarão pelos pecadores.